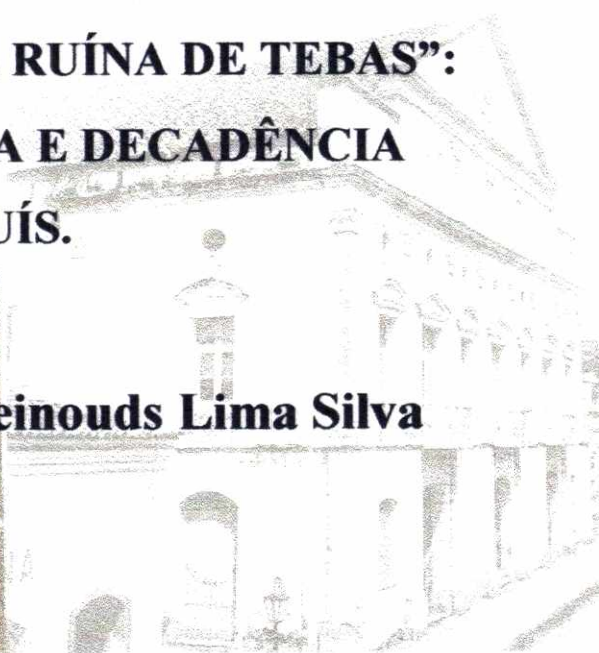
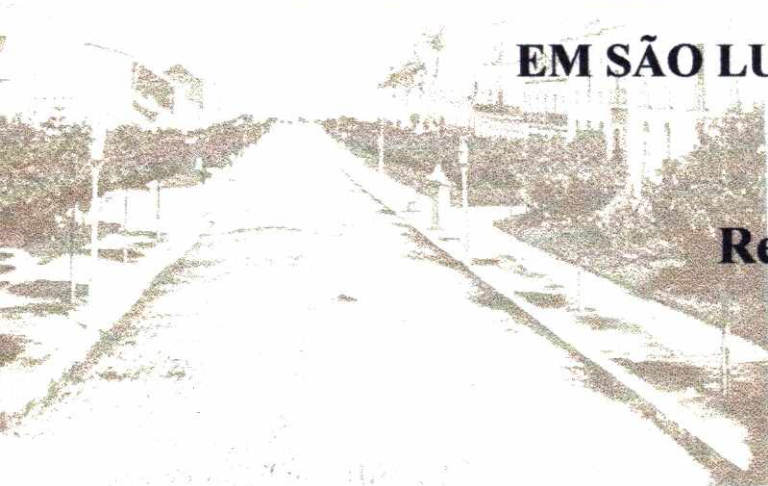




**“DO FAUSTO DE ATENAS À RUÍNA DE TEBAS”:  
IMAGENS DE OPULÊNCIA E DECADÊNCIA  
EM SÃO LUÍS.**



**Reinouds Lima Silva**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO MARANHÃO

**“DO FAUSTO DE ATENAS À RUÍNA DE TEBAS”: IMAGENS DE  
OPULÊNCIA E DECADÊNCIA EM SÃO LUÍS.**

Reinouds Lima Silva

São Luís  
2005

Reinouds Lima Silva

**“DO FAUSTO DE ATENAS À RUÍNA DE TEBAS”: IMAGENS DE  
OPULÊNCIA E DECADÊNCIA EM SÃO LUÍS.**

Monografia apresentada a Coordenação do Curso de Especialização em História do Maranhão da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em História do Maranhão.

Orientador: Professor Msc. Alan Kardec Gomes Pacheco Filho

São Luís  
2005

SILVA, Reinouds Lima

“Do fausto de Atenas à ruína de Tebas”: imagens de opulência e decadência em São Luís / Reinouds Lima Silva.  
– São Luís, 2005.

50 f.: il.

Monografia (Especialização em História do Maranhão).  
Universidade Estadual do Maranhão, 2005.

1. História 2. Historiografia 3. Decadência econômica  
4. Cultura 7. Título

CDU: 94 (812.1) .078

Reinouds Lima Silva

**OPULÊNCIA E DECADÊNCIA EM SÃO LUÍS: UMA ANÁLISE  
HISTORIOGRÁFICA**

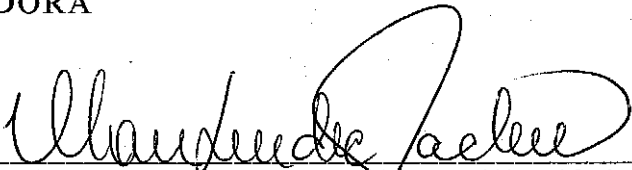
30/12/05.

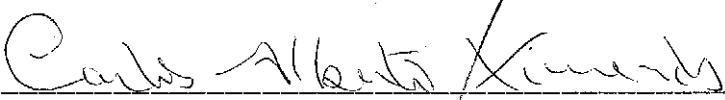
Monografia apresentada a Coordenação do Curso de Especialização em História do Maranhão da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em História.

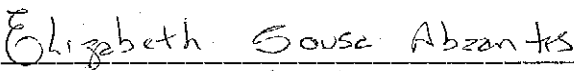
Orientador: Professor Msc. Alan Kardec Gomes Pacheco Filho

Aprovado em: 30/12/05

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Msc. Alan Kardec Gomes Pacheco Filho (Orientador)

  
\_\_\_\_\_  
Membro 02

  
\_\_\_\_\_  
Membro 03



À Patrícia e Reynolds, pelo amor dedicado, sempre.

A meus Pais, exemplos de caráter, dedicação e perseverança.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao amigo e orientador Alan Kardec, pela atenção e confiança em orientar este trabalho.

A minha esposa Patrícia e meu filho e companheiro Reynolds, a quem lhes devo a alegria do dia a dia.

A todos no Departamento de História da UEMA, e em especial ao companheiro de estudos Raimundo Nonato Pinheiro, pelo exemplo e referência profissional.

Obrigado a todos com quem posso dividir esta vitória.



*“A dignidade do Homem reside no mais  
fundo de sua liberdade.”*

**Pico de La Mirandola**

## **RESUMO**

Análise sobre São Luís nos séculos XIX e XX, abordando os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais do citado período, visando entender as expressões de opulência e decadência expressas em obras e estudos sobre a cidade.

**Palavras-Chave:** História; Historiografia; Decadência Econômica; Cultura.

## **ABSTRACT**

SILVA, Reinouds Lima. *Opulência e Decadência em São Luís: uma análise historiográfica*. 2005. 50 folhas. Monografia (Curso de Especialização em História do Maranhão). Departamento de História e Geografia. Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2005.

Analyze about São Luís in the century XIX and XX, approach the aspects economics, socials, politics and cultural of the cited period, endorsing to understand the expressions of opportune and decadence expressed in masterpiece and study about the city.

**Keywords:** History; historiography; decadence economic; culture.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. MIL ENTRAVES .....	11
3. CRISE E ABOLIÇÃO .....	15
4. A VISÃO DOS ECONOMISTAS .....	19
5. UMA OUTRA INTERPRETAÇÃO? .....	31
6. A RUÍNA DE TEBAS.....	35
7. OPULÊNCIA, CIVILIZAÇÃO E MODERNIDADE .....	39
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	47
REFERÊNCIAS .....	49

## “DO FAUSTO DE ATENAS À RUÍNA DE TEBAS”: IMAGENS DE OPULÊNCIA E DECADÊNCIA EM SÃO LUÍS.

Reinouds Lima Silva

### 1 INTRODUÇÃO

As percepções de opulência e decadência extrapolam o campo econômico, se apropriam das expressões de cultura, sociedade e prática política de determinados territórios. No sentido *stricto senso* das palavras, opulência e decadência enquanto antônimas, polarizam significados que, no tocante à cidade de São Luís durante o Século XIX, exemplificam períodos distintos.

O próprio termo decadência por si só geraria controvérsia suficiente quanto à análise e aplicação deste termo em relação ao Maranhão no Século XIX, pois como nos fala LE GOFF (1996, p. 376), “o conceito de decadência nem sempre ocupa o mesmo lugar, nem tem o mesmo significado no interior de um sistema”. Assimilando um amplo conceito de decadência e suas ramificações na sociedade objeto deste estudo, observaremos as suas imagens e justificativas.

A partir da produção intelectual, podemos perceber padrões interpretativos do que seriam a São Luís na visão dos literatos, dos economicistas, dos historiadores e também dos administradores em seu tempo. Como lidar com significados tão antagônicos para um recorte temporal relativamente tão curto? Quais as implicações destas interpretações para as gerações posteriores? São questões que poderíamos ousar em responder, mas acreditamos que suas permanências são tão importantes de se perceber quanto as possíveis respostas que poderíamos obter.

Como proposta de discussão, elencamos autores e suas produções em épocas distintas e também em variadas áreas do conhecimento. Visitaremos o século XIX em seus contemporâneos, discutiremos o mesmo período pela ótica dos administradores e cronistas diários. Adentraremos o século XX e como ponto de partida, vamos perceber o que teriam sido os anos oitocentistas em suas permanências e possíveis rupturas. Aportaremos o século XXI e pontuaremos as possíveis reinterpretações para o emblemático século XIX, tempo de esperança para uns, ou de catástrofes anunciadas para outros.

## **2 MIL ENTRAVES**

Na perspectiva de traçar marcos para análise da economia da Província do Maranhão no século XIX, discutiremos o Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão, de Raimundo de Sousa Gaioso. Elegemos

GAIOSO(1970) como obra basilar para compreensão da dinâmica econômica da província, e sua importância por toda a centúria, por ser o primeiro a analisar a decadência econômica local. Em suas considerações, propõe medidas para a reestruturação da produção provincial em oposição ao quadro de decadência e entraves ao desenvolvimento local.

O autor enumera alguns fatores que, segundo ele, colocavam esta região em dificuldades econômicas, “mil entraves que todos os dias vão empobrecendo os lavradores, e agrilhoam as suas possibilidades” (GAIOSO, 1970, p. 226), e que passaremos a mencionar nos parágrafos a seguir.

O primeiro entrave apontado em sua obra é a falta de terras por causa do gentio. Segundo ele, as limitações de produção estão ligadas à necessidade do lavrador em “cultivar terrenos já cansados, e para que se necessita muito maior benefício para fazê-los produtivos, e maior número de braços” (GAIOSO, 1970, p. 228), restando como alternativa o uso de terras habitadas pelos indígenas, que impõem duras perdas aos lavradores e este ônus deveria ser para os gentios, demonstrando a visão da época. Para o autor, o crescimento da produção local estaria intimamente ligado à necessidade de uso de terras virgens, no caso do algodão e arroz, para melhoria da qualidade e produtividade.

Em seguida, como segundo entrave à economia local, assevera que o “horroroso preço da escravatura no Maranhão” impõe a lavoura dificuldades,

13

seria o que chamamos de "*falta de braços*". O autor comenta que o preço da escravatura nesta província é um dos maiores da América, o que provoca o constante empobrecimento da classe dos agricultores, gerando o crescente endividamento por conta da necessidade para além da capacidade de angariar recursos, de adquirir os escravos, que são "objetos de primeira necessidade para a lavoura" (GAIOSO, 1970, p. 261).

Prosseguindo, GAIOSO (1970) identifica como terceiro entrave, as constantes execuções dos escravos enquanto bem patrimonial de grande valor dos fazendeiros, visto que estes são oferecidos como garantia de créditos adquiridos, onerando as agricultoras em suas propriedades, já tão escassas e prejudicadas pela estrutura produtiva local. Propõe algumas alternativas para remediar esta questão, entre as quais a cobrança dos valores devidos em produtos, ao invés de onerar a produção e retirar o escravo do poder do fazendeiro e assim, retirando-lhe este bem de produção tão caro e escasso na província.

Para GAIOSO (1970), estas execuções em garantia de créditos para a produção da lavoura, oneram o produtor e avultam as riquezas dos credores. Este aspecto chama a atenção à medida que discutir-se-á o aspecto da decadência em contraponto à opulência de outros setores da economia local, mais adiante neste trabalho.



Os preços do algodão são citados como o quarto entrave, e este fenômeno de baixa dos preços é atribuído pelo autor à excessiva “*liberdade de comércio*”, restringindo a fatores internos a problemática, e de responsabilidade da Coroa as medidas para manter a liberdade do comércio, mas ajustar as relações de produção e comercialização, equacionando os preços a um valor justo, invalidando qualquer “*mancomunação*” (GAIOSO, 1970, p. 261) contra os lavradores por parte dos comerciantes.

Em análises finais, relatando a forma de cobrança dos impostos reais como o quinto e último entrave ao desenvolvimento local, GAIOSO (1970) indica que, ao cobrar-se o imposto em moeda corrente no ato da venda ou arremate dos produtos agrícolas exportáveis, considerando as questões anteriores que oneram e impõem pesados prejuízos aos lavradores, o recolhimento do imposto seria também parcela significativa da falência do sistema produtivo local, pois se aliarmos a cobrança dos impostos à baixa produtividade pelo “*cansaço*” das terras, o alto preço da escravatura, as execuções dos escravos como artefato de produção em garantia aos créditos para a produção, e os baixos preços de venda do algodão e outras culturas, não há “*justiça*” em cobrar o dízimo conforme foi demonstrado. Para o autor o imposto devido pela comercialização e exportação, deveria ser cobrado em gênero agrícola, e não em moeda corrente.

Raimundo de Sousa Gaioso, inaugurou quanto à análise da economia local, colocando a decadência em oposição à opulência de períodos anteriores,

e de forma contínua, esta decadência é abordada forjando um padrão interpretativo que identificamos em outras obras da historiografia local discutindo-se a situação econômica do Maranhão no Império e durante o que a historiografia classifica de República Velha, período de transição entre os séculos XIX e XX. Sabemos que Raimundo de Sousa Gaioso enquanto lavrador, objetivava atrair a atenção da Coroa Portuguesa quanto à situação econômica local, talvez de forma superlativa para o período em que escreve.

### **3 CRISE E ABOLIÇÃO**

Jerônimo de Viveiros e sua obra História do Comércio do Maranhão, original de 1954 e reeditada em 1992, traça um panorama da atividade comercial em São Luís no longo período de abrangência da obra, que vai de 1612 a 1895. Sua linguagem e fontes, destacando-se as mensagens governamentais e pautas de exportações oficiais, reforçam o aspecto da decadência econômica do estado, mas paradoxalmente, mostram uma atividade comercial urbana dinâmica e opulenta em relação às lavouras decadentes.

VIVEIROS (1992) detalha a dinâmica da economia local, tendo como base a essencialmente comercial cidade de São Luís, que assim se fez devido a sua importância para boa parte do interior, então produtor agrícola. São comentadas as relações de comércio, os interesses convergentes e divergentes entre comerciantes e lavradores, e principalmente a reconstituiu-se uma cidade que se consolidou graças ao longo período em que a lavoura fora a principal

atividade econômica local, seja nos tempos de pujança ou decadência, percebendo-se na capital o reflexo da riqueza gerada e da dinâmica em que São Luís se insere no mercado internacional e regional.

Em sua análise quanto à economia maranhense no século XIX, atribui o agravamento da situação local à abolição, em que “desnorтеada, a lavoura maranhense não teve energia para congregar os seus elementos e juntos estudarem uma solução para o seu problema econômico.” (VIVEIROS, 1992, p. 554). Afirmava-se o discurso da decadência e atribuía-se a fatores externos as razões dos problemas econômicos. A abolição reforçava esta idéia à medida que, os escravos enquanto propriedades, serviam de lastro para garantir as operações de crédito junto às instituições bancárias e junto aos próprios comerciantes.

Neste sentido, a Associação Comercial do Maranhão, entidade representativa dos comerciantes locais, buscou alternativas à questão da abolição, e assim, iniciaram-se os debates para consolidar uma alternativa a eminente falta de braços para a combalida lavoura local. Salta aos olhos que, Viveiros, coloque a questão da abolição como um problema essencialmente ligado à porção agrária da economia local, conforme o fragmento, ou seja, para a lavoura, restava buscar alternativas para a questão da mão de obra e resolver o “seu” problema econômico. Nesse ínterim, a classe comercial solidariza-se, visando resguardar seus próprios interesses também, na busca por estas alternativas.

A iniciativa da entidade comercial local revela a proximidade de interesses que mantinha lavradores e comerciantes ligados. Aos lavradores, estava implícita a própria manutenção da atividade, mesma que deficitária, aos comerciantes a manutenção de um sistema comercial, outrora mais representativo em relação ao mercado externo, mas de certa forma, mantido graças ao comércio regional em que São Luís se inseriu. Assim era quanto ao algodão, ao açúcar e a outros gêneros de menor peso na pauta de exportações.

No último quartel do Séc. XIX, segundo RIBEIRO (1990), a situação da economia mercantil escravista era de crise, apesar do volume das exportações de manterem, por conta da constante baixa dos preços dos gêneros produzidos na província. Vejamos,

“Do exposto, concluí-se que a conjuntura de baixa de preço em oposição à conjuntura de alta, era de efeito desanimador para o lavrador, pois, diminuídos os lucros, as suas despesas continuavam as mesmas com sua propriedade agrícola, transportes e sobretudo, com um plantel de escravos”. (RIBEIRO, 1990, p. 72)

A decadência da estrutura produtiva clássica colonial (latifúndio, monocultura, escravatura, mercado externo), que permanece em significativas regiões do Brasil, com ênfase nas regiões onde a indústria se mostrara incipiente, denota a fragilidade deste arranjo econômico, e no Maranhão, se por um lado a lavoura há tempos se mostrara deficitária, a historiografia local trabalha com a hipótese geral de que a economia local como um todo, sairia prejudicada com a abolição.

É inquestionável o papel da abolição no agravamento das questões econômicas locais, mas o setor comercial dispunha de capitais e os remanejava para outros setores, mais seguros ou lucrativos de acordo com a conjuntura. Segundo RIBEIRO (1990),

“a análise do processo econômico maranhense evidenciou que parte do capital obtido com a produção do algodão na década de 1860 foi empregada na instalação de novos engenhos de açúcar, na década de 1870, não retornando a atividade algodoeira. Disto resultou o baixo nível tecnológico em ambas as atividades agrícolas...” (RIBEIRO, 1990, p. 74)

Sendo assim, o investimento da classe comercial, então credora da lavoura na dinâmica de produção local, se fazia de modo a prevalecerem os lucros com produtos mais rentáveis.

Na obra de RIBEIRO (1990), a desagregação do sistema escravista concorreria para agravar o quadro decadentista da lavoura local, o que sem dúvida é correto, mas a análise deste quadro atribui demonstrada crise a fatores externos, tais como os baixos preços de nossos produtos no mercado internacional, a preeminência da abolição gerando a escassez de créditos e posteriormente, a falta de braços. “Em muitos aspectos, a estrutura econômica maranhense foi uma extensão do seu passado colonial” (RIBEIRO, 1990, p. 79).

Neste sentido, o quadro de decadência reforçado na produção historiográfica, que padroniza a economia local como continuidade das estruturas coloniais, não é de todo incorreto, mas há de se buscar as alternativas encontradas em que, em nossa análise, São Luís se inseriu enquanto detentora dos capitais necessários para o investimento, o que já fora demonstrado à exaustão por VIVEIROS (1992) e RIBEIRO (1990) em suas referenciais obras. A "*loucura industrial*" citada por Jerônimo de Viveiros não pode ser compreendida como uma boa ou má opção para a economia local, mas era a forma de São Luís e o Maranhão se inserirem no novo arranjo econômico do país, onde as atividades agrícola e industrial coexistiam, aprimorando inclusive as relações de trabalho, outrora centrados na escravidão.

#### 4 A VISÃO DOS ECONOMISTAS

A produção intelectual incorpora a teoria da decadência econômica do Maranhão com a crise da lavoura, percebendo esta como agravada pela abolição. Desta forma, propomos analisar obras escritas pela área econômica que ratificam esta compreensão e reforçam a permanente e recorrente crise do século XIX.

Ao deter-se em escrever sobre a formação econômica do estado do Maranhão, TRIBUZZI (1981), maranhense de nascimento mas de formação europeia, percorre os já sólidos caminhos de análise da economia local, à luz

dos já citados GAIOSO (1970) e VIVEIROS (1992), e traça um organizado perfil histórico e econômico da economia local, e mais uma vez, restringe a economia em essencialmente agrária, relata os surtos e declives de produção, não identificando a retenção de rendas dos períodos pujantes identificados, a não ser pela “marca arquitetonicamente apreciável, mas economicamente pouco significativa, da área colonial de São Luís e Alcântara” (TRIBUZZI, 1981, p. 17).

TRIBUZZI (1981), apesar da sólida formação acadêmica européia e alinhamento ideológico marxista, visto que era reconhecido como comunista durante os anos 60 do século XX, sofrendo inclusive restrições durante o período da ditadura militar no Brasil, não consegue romper com as teias construídas por GAIOSO (1970) e VIVEIROS (1992) em relação à economia local no Séc. XIX.

É provável que o autor TRIBUZZI (1981) ao afirmar a que nossa economia se pensava “*de fora*” e “*para fora*”, não estivesse ousando em análise, mas revela com menos pudor a fragilidade econômica de setores do Maranhão. Em contrapartida, não analisa a significativa importância de São Luís para o contexto econômico tratado nos primeiros capítulos de sua obra.

A abolição, também para TRIBUZZI (1981), significou a desorganização do sistema produtivo local, pois segundo ele, pegara “*de surpresa*” a classe dos agricultores com a necessidade de adaptar as relações

21  
de trabalho. Isso não foi possível, onerando o sistema produtivo agrícola, causando a desativação, segundo dados de Viveiros, ratificados por Tribuzzi, de 70% dos engenhos e 30% das fazendas após o ano de 1888.

Como crítica a TRIBUZZI (1981), acreditamos ser forçosa a afirmação de que a abolição "*pegou de surpresa*" a classe dos agricultores, pois se considerarmos a proibição do tráfico de escravos em 1850 até a efetiva liberdade dos escravos em 1888, sem falarmos nos movimentos abolicionistas e leis paliativas inseridas no período, não haveria nenhuma surpresa em relação a um período de quase quarenta anos de discussão acerca do trabalho compulsório no Brasil. Discussão bastante acalorada inclusive em terras maranhenses e por seus representantes na Assembléia Nacional, tais como Gomes de Castro e Francisco Dias Carneiro.

Como economista, o autor analisa também o processo de decadência econômica do final do século XIX e início do XX com sérias restrições a forma de organização do sistema produtivo ainda baseado, conforme comentamos, na monocultura, no mercado externo e na escravaria enquanto mão de obra, apesar o fim do tráfico em 1850. A grande massa dos investimentos, se dava exclusivamente na aquisição e manutenção de mão de obra escrava, a despeito das possibilidades de substituição como resposta à falta de trabalhadores, a ausência de tecnologia e negação de possibilidades de inserção de inovações neste campo.



Seguindo, TRIBUZZI (1981) acrescenta que o desenvolvimento das novas estruturas rurais após abolição, não privilegiou mudanças significativas tal qual acontecera no sul e sudeste do Brasil, favorecido pela imigração. Desta forma, assevera:

“o desenvolvimento (...) para um modelo semifeudal, mantida a estrutura que monopolizava a área única então acessível ao transporte de posse da grande propriedade e do trabalho rural de baixa qualificação, condicionada pela herança escravista, com remuneração deprimida pelo sistema de foro espoliativo, circunstâncias que haveriam de conduzir a predominância, ao lado da monocultura dominante, de cultura de subsistência restrita, minimizadora da produção para o mercado” (TRIBUZZI, 1981, p. 25).

Em suma, mesmo a justificativa econômica do desenvolvimento do Maranhão, proposta por Bandeira Tribuzzi, não extrapola o conceito de um estado essencialmente agrícola, que no Séc. XIX deteve-se a agroexportação e não assimilou a abolição como possibilidade de reestruturação de suas forças produtivas. Prevalece a crítica a tentativa industrial, e a percepção da manutenção do perfil econômico local essencialmente agrário, adentrando o Séc. XX.

TRIBUZZI (1981) recorre a VIVEIROS (1992) e GAIOSO (1970) como principais fontes para reconstruir a economia maranhense até adentrar o Séc. XX, e sendo assim, assimila as análises destes autores na reconstrução histórica e reflete, em seus comentários os argumentos da historiografia

tradicional representada por eles, reforçando assim nossa análise inicial quanto à sua obra.

Francisco de Assis Leal Mesquita, outro representante desta linha em análise, que em sua obra "Vida e Morte da Economia Algodoeira do Maranhão", extrai do contexto econômico proposto o algodão como referente de análise da conjuntura da segunda metade do Séc. XIX. Traça sua inserção na economia local, características e sua substituição enquanto atividade econômica principal no Maranhão, elencando em sua obra as prováveis causas deste fato.

Ao traçar uma trajetória da importância do algodão enquanto cultura agrícola, MESQUITA (1987) analisa o contexto econômico nacional colonial e pós-independência, e na inserção do país na dinâmica econômica do capitalismo. Nesse ínterim, o Maranhão inclui-se tal qual o restante do país, na exportação de produtos para a indústria européia, no caso, o algodão para a indústria têxtil inglesa. Destaca-se a política de não fortalecimento do mercado interno, e "quando esta política se defronta com o problema da passagem para o trabalho livre, é que, capitalisticamente, as relações de produção internas foram desenvolvidas" (MESQUITA, 1987, p. 56)

Segundo o autor, "o século XIX seria para os maranhenses o ponto de inflexão de uma trajetória de crescimento" (MESQUITA, 1987, p. 56), ou seja, de oposição a um período econômico preponderantemente de

desenvolvimento e pujança econômica, em oposição a, mais uma vez, a crise e a decadência das forças produtivas, ou o mergulho de nossa economia em “sono letárgico de desenvolvimento das forças capitalistas internas” (MESQUITA, 1987, p. 57)

Para MESQUITA (1987) o século XIX registrou o auge da lavoura algodoeira, e nesse mesmo contexto, a colocação da província do Maranhão no quadro nacional, “São Luís, pelo número de homens ilustres ligados à literatura, política e artes, ficou conhecida, a partir deste século, como Atenas Brasileira (...), chegou a ser a quarta cidade brasileira em população” (MESQUITA, 1987, p. 60).

Enquanto atividade econômica, a lavoura algodoeira sofria, assim como toda atividade agrícola da província, com os arranjos comerciais e financeiros que oneravam em demasia o produto final, e aliado a isso, MESQUITA (1987) comenta da rigidez da forma de cultivo, ausência de inovações e em consequência, sacrificando a qualidade do algodão em pluma produzido por aqui. Soma-se a isto, o que MESQUITA (1987) identifica nos autores de época, duras críticas aos governos, “ambiciosos, corruptos, cobrando sempre altos impostos e nada fazendo em prol da agricultura: péssimas estradas, falta de assistência, etc.” (BETHENCOURT, apud MESQUITA, 1987, p. 233).

Enquanto autor da área econômica, MESQUITA (1987) não se alinha com a noção de decadência da lavoura à medida que estuda a forma de

produção local, e nela identifica as que, para ele, seriam as reais razões para o fracasso da atividade algodoeira no Maranhão. Critica duramente a teoria da concorrência internacional, apontando razões intestinas para a fragilidade da estrutura agrícola produtiva maranhense.

Podemos até concluir que, conforme o autor, as outras culturas agrícolas deviam sofrer os mesmos males, indicativos de sua crise, ou decadência econômica, conforme citam outros autores.

Sob o viés de interpretação e análise com base nas ciências econômicas, já utilizamos TRIBUZZI (1981) e MESQUITA (1987) que utilizam também a reconstrução histórica dos contextos abordados e além disto, analisam a economia local sob a ótica de suas formações acadêmicas. Na mesma linha, utilizamos FEITOSA (1998) como referencia para a análise da dinâmica econômica local e sua configuração em relação à economia nacional. Em sua obra Tendências da Economia Mundial e Ajuste Nacionais e Regionais, o autor analisa a inserção do Maranhão na dinâmica colonial internacional, e seus desdobramentos internos quanto ao seu desenvolvimento no pós-colonialismo português.

Para FEITOSA (1998), a economia do Maranhão é analisável em dois períodos distintos: o da formação, incluindo-se aí o processo de ocupação do território, e, o da inserção do Maranhão na dinâmica colonial através das

Companhias de Comércio<sup>1</sup> e no sistema agro-exportador internacional, já no século XIX.

Tal critério é proposto pelo autor, pois

“do ponto de vista econômico, os eventos não são tão lineares assim, visto que cada um desses períodos apresenta uma série de contradições específicas que precisam ser caracterizadas para uma compreensão mais clara do processo evolutivo global da socioeconomia do Estado” (FEITOSA, 1998, p. 13)

A restrição implícita na fala de FEITOSA (1998) quanto ao fragmento acima, diz respeito à divisão histórica da evolução política brasileira em três estágios ou marcos histórico-políticos: colônia, império e república. Segundo o autor, esta divisão aponta para uma subjetiva linearidade histórica.

Tendo como foco o recorte proposto para este trabalho, analisaremos detidamente o período indicado por FEITOSA (1998) como o de inserção do Maranhão na dinâmica colonial e no sistema agroexportador internacional. Nesta fase, o Maranhão através da Companhia de Comércio Geral, criada em 1755 com a intervenção do Marques de Pombal<sup>2</sup> experimenta sua inserção definitiva na dinâmica colonial portuguesa, visto que anterior a esta fase, a

---

<sup>1</sup> No Maranhão, foram criadas duas companhias de comércio: Companhia do Comércio “Pascoal Jansen”, como é mais conhecida, e com o objetivo de melhor controlar e administrar os interesses locais e da Coroa. A segunda foi a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, que possuía capital privado e a concessão da Coroa Portuguesa para a exploração do comércio por vinte anos.

<sup>2</sup> Conforme relata FEITOSA (1998), Sebastião José de Carvalho e Melo (futuro Marquês de Pombal), se notabiliza a partir da indicação de D. José (Rei de Portugal em 1750) para ser Secretário de Estado dos negócios do Reino de Portugal, e “*insurge-se ao processo de*

província vivia uma situação de déficit crônico quanto às suas possibilidades econômicas e orçamentárias. Neste período, a economia local se especializará na produção agrícola de larga escala, criando assim, “uma classe de senhores ricos (proprietários de terra e comerciantes), além da introdução de novas relações de trabalho.” (FEITOSA, 1998, p. 31)

Na historiografia maranhense, é lugar comum à pujança econômica relacionada à implantação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e durante sua influência na dinâmica econômica local. FEITOSA (1998) alinha-se a este discurso, a vê a dinamização das relações comerciais quando da inclusão do Maranhão “na nova divisão internacional do trabalho” (FEITOSA, 1998, p.32). O Maranhão estava “*subordinadamente*” colocado no novo sistema econômico mundial.

Esta “fase de ouro” mudará a dinâmica econômica maranhense no Século XVIII e XIX, e isso se refletirá no cotidiano urbano ludovicense, que terá sua face e relações sociais profundamente alteradas. É o que nos diz FEITOSA (1998, p. 34):

“A paisagem física (geográfica), social, cultural e política do Maranhão mudara. São Luís, como principal centro comercial, soergueu um patrimônio arquitetônico tão relevante (...) visto referir-se ao modo de produzir e à arte de comerciar de um período importante de sua história. Transformou-se na cidade das letras e recebeu o epíteto de Atenas Brasileira”

Neste período, São Luís se constituiu como a quarta maior cidade brasileira em população, antes da segunda metade do século XIX, demonstrando assim seu desenvolvimento e urbanização relacionado à pujança econômica iniciada na segunda metade do século XVIII.

A fase da companhia do comércio do Grão-Pará e Maranhão e o prolongamento de sua influência indireta no século XIX, evidenciam na produção intelectual maranhense, como a fase da economia referencial para se pensar o Maranhão, não só economicamente, mas também política, social e culturalmente. Criam-se marcos fundantes de uma mentalidade que tomará o espaço social e o senso comum quanto à opulência desta terra e sua gente. São Luís torna-se a “Atenas Brasileira” devido à classe de letrados e sua importância para a cultura brasileira. Uma das maiores cidades brasileiras à época. Urbanização imponente e referencial. Mas, onde de constitui e quais as bases que solidificarão a noção decadentista da fase seguinte? Que novas dinâmicas econômicas, sociais e culturais se constituirão para que a “fase de ouro” se torne tão marcante e inalcançável para os posteriores?

Em relação ao recorte temporal de abrangência deste trabalho, a crise da agroexportação evidenciada no último quartel do século XIX não seria, ao nosso ver, suficiente para fazer a economia maranhense decadente. FEITOSA (1998) comenta sobre a leva de comerciantes e lavradores que investirão nas fábricas têxteis como alternativa para diversificar os investimentos do capital

comercial, este processo “surge como expressão de uma nova busca de alternativas para evitar a derrocada completa dos capitais comerciais e agrários da província do Maranhão” (FEITOSA, 1998, p. 41-42)

Em oposição ao que Viveiros identifica como “*loucura industrial*”, se processa uma reformulação da economia maranhense com a inserção das indústrias em um contexto essencialmente agrícola, São Luís operava como importante centro comercial exportador e reflexo de toda a riqueza gerada desde 1755, com a iniciativa de Pombal, na província. FEITOSA (1998) comenta sobre a influência das têxteis na economia local, inclusive numa suposta absorção dos libertos:

“Passaram as fábricas têxteis a expressar e funcionar como padrões de novos processos tecnológicos (...) bem como uma oportunidade ímpar de geração de emprego e renda para uma população que ia se liberando do trabalho escravo; mais por conta da quebraadeira do sistema agroexportador do que pela abolição.” (FEITOSA, 1998, p. 42-43)

O autor minimiza os efeitos da abolição para as lavouras maranhenses, e induz-nos a rever boa parte da historiografia clássica regional no tocante à análise da economia no final do século XIX.

As têxteis têm sobrevida e adentram ao século XX, gozando inclusive de credibilidade à medida que “houve um crescimento significativo da produção têxtil e passou-se, rapidamente, a viver um novo “animus” da retomada do crescimento.” (FEITOSA, 1998, p. 43). Esta percepção, valoriza



a iniciativa dos comerciantes e agro-exportadores em diversificar os investimentos dos capitais comerciais, sem esquecer que, prioritariamente, os lucros do comércio eram reinvestidos na lavoura durante boa parte do século XIX.

A crise do setor têxtil, só é identificada por FEITOSA (1998) já nos anos de 1930, segundo o autor, devido à concorrência de outros estados da República. A partir deste momento, alternativas serão buscadas em resposta a esta crise, apesar do autor não citá-las.

Em sua obra, FEITOSA (1998) percebe a dinâmica econômica do Maranhão nos séculos XVIII e XIX como um período de crises setoriais, no nível da produção de determinados gêneros agrícolas (algodão, açúcar), e deslocamento dos investimentos com o conseqüente surgimento das fábricas têxteis. A tão propalada “decadência” econômica do Maranhão, é indiretamente questionada e a cidade de São Luís e outros centros urbanos da época, como Caxias e Codó, são apontados como referenciais para se entender as novas dinâmicas da economia local, superando o discurso decadentista e minimizando-o para o período em questão.

Percebe-se que os discursos de TRIBUZZI (1981) e MESQUITA (1987) não encontram continuidade na essência da obra de FEITOSA (1998), pois a crise da lavoura na segunda metade do século XIX descrita pelos dois primeiros, é relativizada pelo último e cuidadosamente direcionada para o

século XX, quanto enfim as têxteis entrarão em colapso devido à concorrência regional.

Tendo como base o conjunto da obra de FEITOSA (1998), acreditamos ser possível rever a noção de crise geral da economia maranhense, e assim, detectar em outras obras que o mesmo contexto pode revelar relações de produção que redimensionam o potencial de reorganização de São Luís quanto à crise da lavoura, que compreendemos não ser o reflexo total das forças produtivas maranhenses para o período.

## **5 UMA OUTRA INTERPRETAÇÃO?**

Nos capítulos anteriores, analisamos autores identificados com a noção de decadência econômica abrangente para o Maranhão, com algumas retificações observadas por MESQUITA (1987) e FEITOSA (1998).

Neste capítulo elencamos alguns autores que reelaboraram o discurso decadentista e identificam a continuidade do padrão explicativo consolidado na historiografia quanto à decadência econômica do Maranhão. Estes autores, se apropriam deste discurso e analisam sua influência na sociedade ludovicense. Entenda-se como sociedade, a classe letrada, abastada e política da capital da província.

Em obra basilar, ALMEIDA (1983) identifica a “ideologia da decadência” a partir de suas análises quanto à produção intelectual local do início do século XIX, incluindo autores como Raimundo de Sousa Gaioso, que foi objeto do primeiro capítulo deste trabalho, Frei Francisco de N.Sra. dos Prazeres, Francisco de Paula Ribeiro, Garcia de Abranches, entre outros, e os discursos e mensagens dos presidentes de província do Maranhão. Como base para a sua obra, o autor tece uma rede de semelhanças e continuísmos quando analisa a economia e a sociedade.

Os marcos interpretativos deixados pelo discurso intelectual produzido no início do século XIX por estes autores, forjaram uma noção recorrente quanto à situação econômica local, “tidos como originais e singulares”, “transformaram-se em lugar corrente na produção intelectual contemporânea” (ALMEIDA, 1983, p. 34). Reforça, “diluídos no senso comum as noções que os integram adquirem a força de um adágio. Assumiram um papel similar àqueles provérbios e ditados populares” (ALMEIDA, 1983, p. 34). Temos ALMEIDA (1983) como referência em relação às obras anteriores, pois o mesmo sugere em sua obra uma outra possibilidade de produção intelectual, deslocada do ideário decadentista recorrente que permanece bastante presente na sociedade ludovicense.

A historiografia maranhense, registra a transição da escravidão para o trabalho livre como um momento traumático para a economia local. VIVEIROS (1992) atribui a esta mudança uma das principais causas para o

agravamento da crise da grande lavoura. Esta transição não se deu efetivamente,

“atordoado pelo golpe que lhe arrancava parte do patrimônio, estarecido diante da desorganização do seu trabalho, agora sem braços, com o êxodo dos escravos... o lavrador maranhense esmoreceu... faltava a confiança em si mesmo e... esmoreceu”. (VIVEIROS, 1992, p. 557)

Continuando sua análise, Viveiros, vê na formação do parque industrial têxtil maranhense no final do século XIX o que considerou a “vertigem das fábricas” já que muitos lavradores investiram seus capitais. “Foi vítima da loucura da época – transformar o Maranhão agrícola em Maranhão industrial” (VIVEIROS, 1992, p. 558).

Em relação à implantação do parque industrial maranhense, no último quartel do século XIX, CALDEIRA (1988), descreve e analisa esta fase<sup>3</sup>. A título de conclusão, o autor situa a tentativa de industrial como uma inserção estranha à economia agro-exportadora e vista com extrema desconfiança pelos lavradores, que preferiam concentrar seus esforços nos lucros obtidos na comercialização dos gêneros agrícolas a investir na indústria.

Em relação à mão de obra, o autor identifica junto aos “fabrilistas”, uma noção de abundância de trabalhadores disponíveis, visto que as populações das cidades de 1875-1895, período trabalhado em sua obra, estariam em estado de indigência econômica e em consequência, facilmente

direcionada para o trabalho fabril, o que fora um engano. Inclusive, como o autor trabalha o período pré e pós-abolição, o mesmo identifica ainda a predominância das mulheres enquanto mão de obra na indústria, reforçando a noção de que a mão de obra escrava recém liberta não se transformou prioritariamente em trabalho assalariado, pelo contrário, encontrou ainda na pequena lavoura, sua sobrevivência em relação aos baixos salários pagos pelos “fabrilistas” maranhenses, conforme análise do autor.

CALDEIRA (1988) propõe também que a tentativa industrial maranhense não foi um caso isolado do contexto brasileiro, a tentativa industrial se fez presente em outras localidades, mas enfrentando extremas dificuldades à medida que se tornava ainda mais patente “a dependência total em que a economia maranhense (como aliás toda a brasileira) se encontrava em relação ao exterior, e que se espelhava nas conseqüências das altas e baixas cambiais.” (CALDEIRA, 1988, p. 262). Interessa-nos diretamente a abordagem do autor pelo fato de sua obra analisar a formação da indústria local, em um período predominantemente agrícola, atravessando inclusive o contexto histórico da abolição da escravatura, e ainda mais pelo fato de não “julgar”, e sim propor dados e análises que venham a contribuir para o entendimento do processo.

Seguindo a linha de interpretação do autor, identifica-se a implantação do parque fabril como uma tentativa divergente “a uma economia que está

---

<sup>3</sup> CALDEIRA, José de Ribamar. Origens da industria no sistema agro-exportador maranhense. Tese de Doutorado. São Paulo, 1988.

forte e tradicionalmente estruturada” (CALDEIRA, 1988, p. 264) na agroexportação. Como se vê, a transição para uma nova dinâmica da economia local não se daria sem a mudança de mentalidade da classe detentores do capital necessário para investimento nas formas de produzir<sup>4</sup> e gerar lucros para a economia local.

A decadência econômica identificada pela produção intelectual maranhense encontra em diversas áreas possibilidades de análise. Além de fenômeno histórico e sociológico, obviamente, é também econômico. Nessa perspectiva, analisamos autores destas áreas de produção intelectual como proposta de tornar este trabalho abrangente quanto às interpretações, embora se perceba semelhanças nos discursos elaborados.

## **6 A RUINA DE TEBAS**

Para se analisar a sociedade maranhense, em especial a ludovicense, o alcance do discurso decadentista e sua longevidade, o aspecto cultural é rica fonte para este objetivo. A noção de decadência opõe na produção intelectual e literária do final do século XIX a “Idade do Ouro” em relação à cultura, e as representações da fase decadentista propondo um esforço no ressurgimento desta fase, e nome da tradição cultural maranhense. MARTINS (2002) analisa este contexto cultural e social tendo como referencial a produção literária de

---

<sup>4</sup> Entenda-se como produzir a atividades industrial ou agrária para atender os mercados interno e externo e gerar lucros.

letrados posteriores ao referente “Grupo Maranhense”, que destacava entre outros Gonçalves Dias no cenário nacional.

O século XIX, opõe, no imaginário cultural, a grande fase deste segmento, referenciando o Maranhão no contexto nacional. Interessante que os as interpretações quanto à economia, subsidiam a noção de decadência no século XIX, conforme já foi demonstrado em as nossas primeiras análises e obras questionadas, também para constituir o quadro de decadência da cultura maranhense no mesmo período, e com feito, “deveria ser combatido por todos os espíritos lúcidos com vistas a um retorno no porvir a uma nova Idade do Ouro, da regeneração, dimensionado pelo influxo do exemplo(s) antecedente” (MARTINS, 2002, p. 14). O autor se detém, em análise preliminar às linhas de produção intelectual que almejavam e enaltecem o passado referencial do Maranhão quanto à cultura.

Para MARTINS (2002), vários expoentes da “elite intelectual maranhense” conseguiram expressar a sociedade ludovicense neste contexto percebido como decadentista, e “da elite ao povo, todos estariam contaminados por este desideratum” (MARTINS, 2002, p. 18). Na produção intelectual maranhense, principiam como analistas deste quadro, entre outros, João Dunshee de Abranches Moura. Autor ligado ao setor da agroexportação, Abranches analisa a decadência econômica e a caracteriza como o mal que reproduz nos vários segmentos da sociedade local o atraso. Estes autores analisam a sociedade no último quartel do século XIX, e reforçam a

necessidade de revigoração da província não só no aspecto econômico, mas cultural, haja vista que identificam a “idade do ouro” nestes dois aspectos do Maranhão oitocentista. Conforme aponta o autor, “não é difícil imaginar porque essa noção ingressou no século XX fazendo prosélitos” (MARTINS, 2002, p. 27). Identifica-se assim a longevidade do discurso.

Uma análise da sociedade maranhense, sob a ótica da produção cultural, transcende o século XIX. Compreender a necessidade da reconstrução do Maranhão, o revigoração de suas estruturas econômicas e culturais à luz das letras, situa a elite intelectual como quem se apropriou e reproduziu com grande ênfase o discurso decadentista, tornado-o perene e presente nos mais variados setores da sociedade local.

Na contemporaneidade, este discurso persiste conforme foi demonstrado em alguns autores preliminarmente analisados. Por outro lado, as análises da conjuntura econômica do século XIX estão sendo revistas e os dados ainda estão a serem manipulados para ter-se a melhor compreensão do processo. Neste ínterim, a obra<sup>5</sup> de Regina Helena Martins de Faria, cita a necessidade de revisão destas fontes e suas implicações no quadro social e econômico do Maranhão, e em especial em São Luís.

Segundo FARIA (2001, p.36),

---

<sup>5</sup> Transformação do trabalho nos trópicos: propostas e realizações, UFPE, Recife, 2001.



“compreende-se que tais crises não significam que a vida econômica da província estivesse paralisada. Os dados estatísticos não apontam esses indícios: não houve êxodo populacional e o número de habitantes continuou aumentando; novas áreas foram conquistadas dos índios, avançando as fronteiras agrícola e pecuária; e outras atividades foram implementadas.”

Tomando a análise de FARIA (2001) como referencial, a construção do “discurso decadentista” ou “ideologia da decadência” se deu através da comparação de fases distintas onde a agroexportação fora referencial para a acumulação de riqueza para a elite comercial ludovicense, e como marco da decadência, elegem-se os períodos desfavoráveis também da agroexportação maranhense, inserida na dinâmica do comércio internacional e flutuações cambiais negativas. Neste sentido,

Se o parâmetro de comparação para a decadência fossem os países centrais do capitalismo industrial ou mesmo as províncias cafeeiras do Brasil, seria inevitável concordar que o Maranhão realmente estava mais atrasado. Mas o contraponto é feito com fases anteriores de “progresso” da própria economia maranhense” (FARIA, 2001, p. 36)

Colocadas estas análises, propõem-se a reconstrução do período em questão e as reais implicações do aspecto econômico supostamente decadente e seus desdobramentos no âmbito social e cultural, em especial, da capital da província do Maranhão. Acreditamos ser possível redefinir os parâmetros de análise historiográfica e apontar para a definitiva desconstrução da recorrente crise econômica, social e cultural que solapou o Maranhão de forma tão contundente, na visão de muitos intelectuais durante os séculos XIX e XX.

## 7 OPULÊNCIA, CIVILIZAÇÃO E MODERNIDADE

Enquanto fenômeno econômico, a revolução industrial alterou significativamente a sociedade ocidental e suas formas e expressões de mundo. Transitamos entre o antigo e o moderno.

Os séculos XV a XVIII, e os movimentos do Renascimento e Iluminismo, apontaram outras possibilidades para a sociedade européia ocidental, e nesse interregno, a América incluiu-se como substrato necessário para sustentar a noção de um Novo Mundo. Neste sentido, as novas formas de produzir, as tecnologias desenvolvidas a favor do Homem e as relações sociais constituídas a partir destas “novidades”, delinearam o pensamento moderno e liberal, negando os períodos anteriores no que tange à vida do Homem. Agora, ele é livre, criador, intelectualizado e acima de tudo, revolucionário.

Percebemos que, economicamente, o Maranhão oitocentista reflete períodos de suposta opulência e também de decadência. Também se observa no tocante à sociedade, o surgimento da ideologia clássica que forneceu o elemento original para se pensar uma cidade à frente do restante do Brasil de época.

A adjetivação de São Luís em “Atenas Brasileira”, segundo sugere CORREA (1993) <sup>6</sup> surgiu,

“como uma discriminação da essência maranhense, esmerada e aristocrática, com superioridade integrada no conjunto da unidade nacional brasileira”. Sendo assim, “o caráter totêmico da Atenas Brasileira funcionou como um veículo de integração social” (CORREA, 1993, p. 112).

Os elementos diferenciais de São Luís, residiam no seletto grupo de letrados que em seu tempo, contribuíram para forjar o perfil de Estado-nacional que se constituiu nos períodos pós-independência. Opomos, no mesmo século XIX, a crise lavoura e seus reflexos na economia local e a florescência do “*greco-timbireense*”, modelo de intelectualidade, polidez e nobreza baseada em valores europeus. Nesse sentido, São Luís representa o prodígio da cultura nacional em oposição ao “*espartano-brasileiro*”, assevera CORREA (1993).

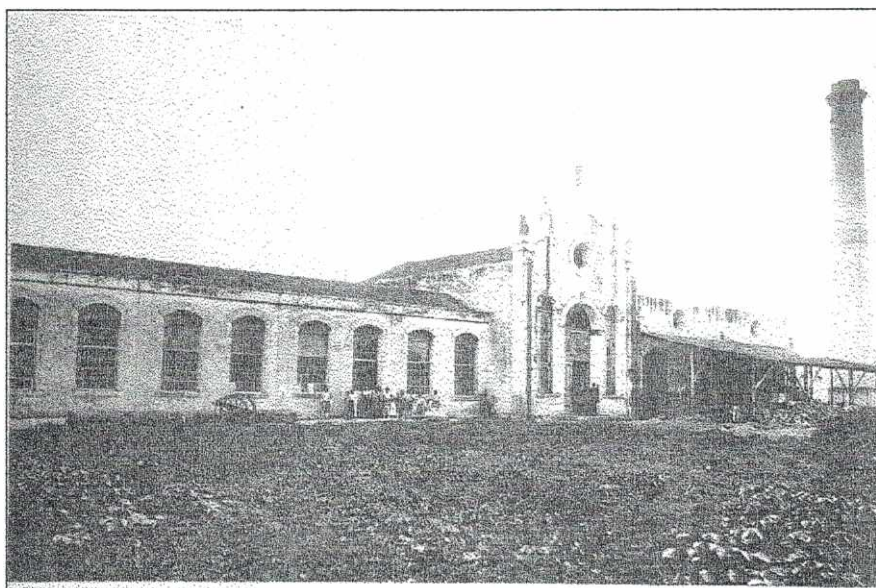
Eis uma representação de opulência que se contrapõe à noção de decadência que se consolidou em períodos representativos do Século XIX. Se o Maranhão estava em grave crise econômica, por um sem fim de motivos, por outro lado, a cultura é a representação necessária para dar um novo animus à cidade de São Luís, pois esta representava tal qual a Atenas Clássica, “a

---

<sup>6</sup> CORREA, Rossini. Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia. São Luís: SIOGE, 1993.

comunidade do gênio, da inteligência e do conhecimento” (CORREA, 1993, p. 111).

Retornando aos aspectos econômicos, enquanto a revolução industrial reproduzia seus padrões de desenvolvimento mundo afora, São Luís, em resposta à “derrocada da lavoura”, coloca-se enquanto disposta a investir os capitais comercial, bancário e agrícola nesta ousado projeto de dinamização econômica. Assumimos neste instante, uma pretensa vocação industrial em oposição à crise agrícola. Assim, buscarão “virar a página”, e adentrar a República com os novos padrões de desenvolvimento disseminados pelos ingleses. Opor lavoura e máquinas, atraso e desenvolvimento. Eis a questão.

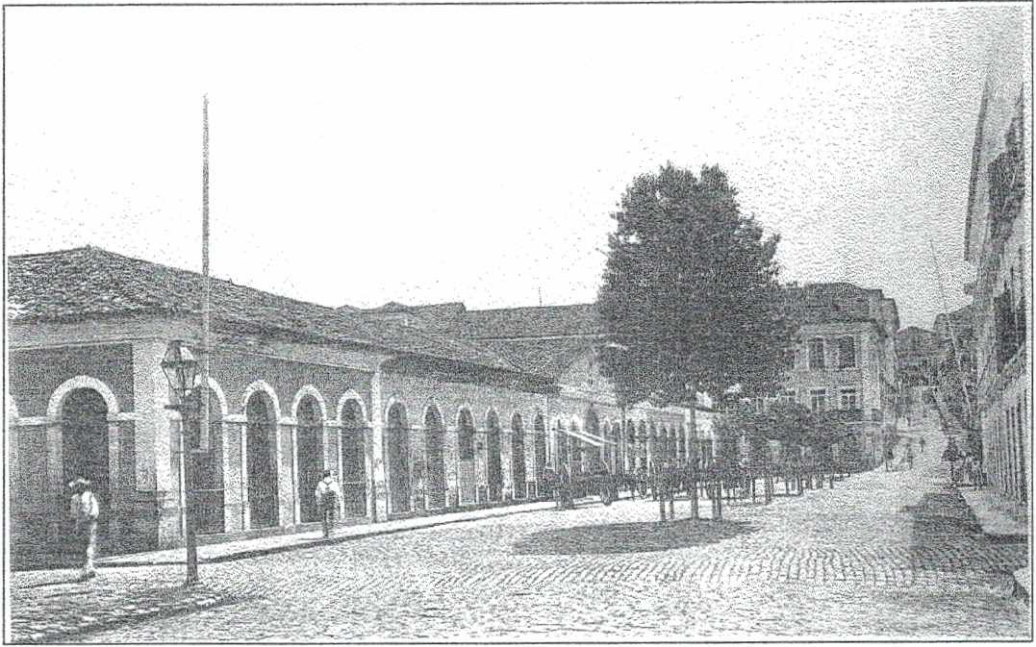


Fábrica de Fiação e Tecidos Rio Anil, 1912.

A implantação de parque industrial têxtil no Maranhão, assegurava uma possibilidade de investimento promissora para a época. O Rio de Janeiro e São Paulo, entre o final do século XIX e o início do XX já experimentavam esta empreitada e surgiram assim segmentos urbanos que inclusive contribuíram para o processo de desgaste da monarquia brasileira e a proclamação da República brasileira. Quanto ao Maranhão, o processo de industrialização nos principais núcleos urbanos do século XIX (Caxias, Codó e São Luís), se efetivará diante de algumas dificuldades, como o levantamento de capital social para a implantação tendo a em vista a desconfiança de boa parte dos comerciantes e lavradores em investir em algo "desconhecido".

De fato, a partir de 1870 se efetivaram as primeiras iniciativas industriais, tendo estas como segmento a fabricação de produtos têxteis, agregando assim o algodão produzido em terras maranhenses e a disponibilidade de mão de obra nos principais núcleos urbanos da época.

São Luís já na segunda metade do século XIX, era exemplo significativo de evolução urbana. Grandes exemplares de casario colonial, bom padrão urbanístico (calçamentos, arruamentos) e outros aspectos que a colocavam entre as principais cidades do Brasil à época. São Luís contrastava com as dificuldades dos lavradores em manter a produção agrícola. A capital da província tornara-se o ponto de convergência comercial da Província, sede das principais casas bancárias e residência dos mais abastados comerciantes.



Rua da Estrela, final do Séc. XIX.  
 Álbum Maranhão Ilustrado

Concomitante à implantação das primeiras fábricas, em São Luís se preservara os laços com o velho mundo, diferente de outras grandes cidades brasileira, como Rio de Janeiro e São Paulo, que faziam questão de esquecerlos. Quanto ao exemplo de São Luís, assevera BARROS (2001):

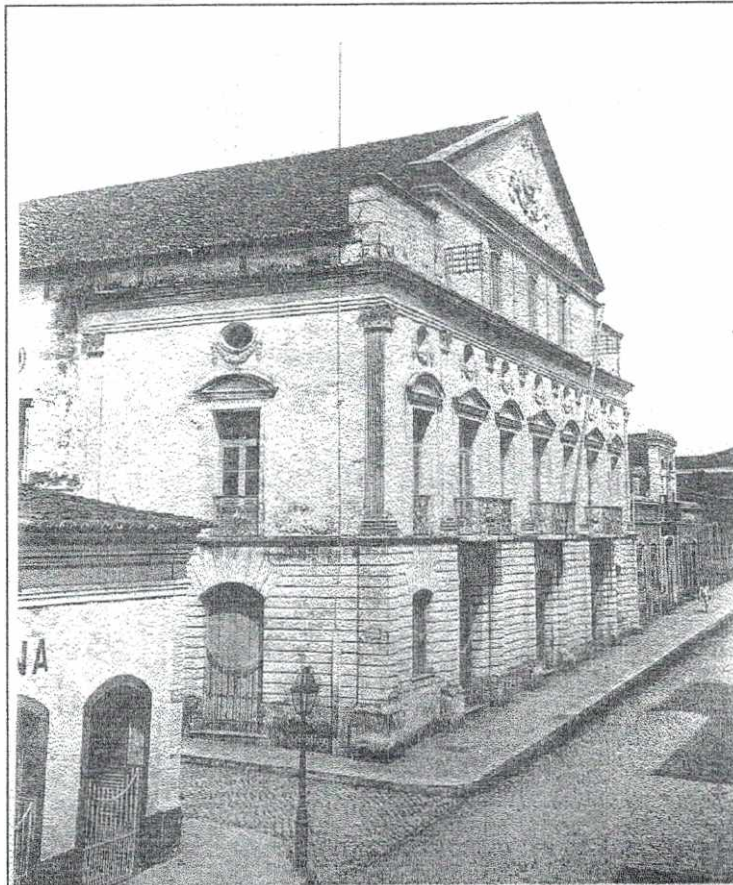
“... a elite ludovicense procurava reavivar seus laços com este (passado), São Luís não tinha por que negar o passado, pois se a França era o símbolo dos novos tempos, São Luís estava mais próxima do que nenhuma outra cidade do ideal de modernidade.” (BARROS, 2001, p. 22)

São Luís importava o modelo industrial inglês, e orgulhava-se de seus estreitos laços com a referencia do liberalismo e da modernidade européia ocidental, a França. Neste sentido, a cidade representava algo mais do que o fato da sua fundação atribuída à França, mas signo de presença marcante da Europa em terras brasileiras. Com efeito, “a França era vista como modelo,



pois além de ser o berço do liberalismo, apresentava uma organização urbana admirada pelos países iniciantes no processo de industrialização” (BARROS, 2001, p. 23).

Como forma de reforçar as referências culturais européias, se organizavam mostras e exposições, e assim, ratificava-se a condição de São Luís como exemplo de prosperidade e de esperança nos adventos industriais e seus reflexos.



Teatro Arthur Azevedo, início do Séc. XX.  
Álbum Maranhão Ilustrado.

Estas exposições, buscavam imitar as grandes exposições organizadas nas grandes cidades europeias (Londres e Paris, por exemplo), que também tinha como reflexo a crença em dias melhores para a humanidade graças à industrialização e seus engenhos. São Luís incorporava este animus, ainda que com algumas restrições, pois parte da elite local não se empolgava com tais mostras à moda europeia.



Abertura da Exposição do Tricentenário  
São Luís, Festa Popular do Trabalho, 1912.

Convém ressaltar que as exposições organizadas pela Festa Popular do Trabalho, eram restritas à elite. Exaltava-se a industrialização, a civilização e a herança europeia, mas se ratificavam os sentimentos preconceituosos quanto aos operários das fábricas e descendentes dos negros, tendo em vista que um dos requisitos para participar da Exposição do Tricentenário (1912) era estar



“bem vestido” (ALBUM apud BARROS, 2001, p. 24). Desta forma, os trajés simples das classes mais humildes lhes desaconselhava a visitar as mostras do trabalho organizadas em São Luís no início do Século XX.

Em relação aos sinais de opulência que São Luís se esforçava em demonstrar na transição entre os séculos XIX e XX, observamos que, tal qual os sinais de riqueza e pujança verificados nos ciclos econômicos internacionais em que o Maranhão se inseriu e nas demonstrações de originalidade e intelectualidade que lhe valera o título de Atenas Brasileira, não há a presença significativa da população humilde, pelo contrário, tais epítetos aprofundam as diferenças sociais. Neste sentido, São Luís poderia ser considerada uma das mais preconceituosas e excludentes cidades do Brasil no Século XIX, conforme enfatiza CORREA (1993, p. 113):

“Era uma sociedade de pessoa (senhores) e coisa (escravos). A mitologia da Atenas Brasileira foi a manifestação mais preconceituosa e aristocrática dos senhores: proprietários, governantes e dominantes. Foi um fenômeno o greco-timbireense, expressivo e longitudinal, no tempo e no espaço históricos”

Após a abolição, observa-se a permanência dos meios de exclusão, onde o outro não era o escravo (coisa), mas o trabalhador livre pobre e

inexpressivo em um universo de grandes comerciantes, industriários, lavradores (ainda), políticos e bacharéis.

### 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as diversas obras sobre a economia do Maranhão e leituras de São Luís no século XIX, eleva-se a noção de que a capital da província na transição para o século XX se manteve referencial em um contexto regional.

Quando se declarava a catástrofe da lavoura, em processo que se tornou agudo para muitos com a abolição, São Luís absorveu o impacto negativo que este fato lhe poderia proporcionar e agregou elementos para transitar em meio à crise econômica e propor alternativas para investimento do excedente de capitais que permaneciam a disposição.

A Atenas Brasileira manteve-se intacta às intempéries causadas pelo fim da Monarquia e ascensão do regime republicano. Neste momento, São Luís era inda mais próxima da França, então principal fonte dos ideais liberais que fomentaram o conjunto de idéias que corroeram a monarquia constitucional brasileira.

Lavradores e Comerciantes, se despiram do fausto agroexportador e assumiram-se enquanto modernizadores da economia maranhense, tornando-se industriários empreendedores. Pipocam as fábricas, exploram-se ainda mais

as populações livres, que passam a dispor nas fábricas de dura rotina de trabalho, desprovidos de direitos trabalhistas mínimos. Homens, mulheres e crianças operárias, a serviços da modernização e excluída do conceito glorioso de Maranhense: polido, refinado, literato, industriário, comerciante, banqueiro. Estes são os reflexos do Maranhão e sua gente no Século XIX.

As noções de opulência e decadência convivem lado a lado no século XIX. Emergem em períodos de desconstrução e construção econômica, política e social. Dão-se as mãos para reafirmarem São Luís como referencial num espaço geográfico constituído para aristocratas e intelectuais. São Luís é francesa de nascimento, grega clássica de formação, rica e pujante frente aos outros estados do norte na transição entre o século XIX e XX.

Constroem-se símbolos de importante valor social, assimilam-se estes símbolos, e com uma necessidade incessante *“compondo-se e recompondo-se pela oscilação entre Tebas e Atenas, o Maranhão é repensado”*(NUNES apud MARTINS, 2004, p. 117). É esta cidade que pulsa e busca constantemente seu reconhecimento na História, ainda que fatos e relatos constituídos para alguns, sejam em detrimento dos anseios de muitos. Esta é uma face de São Luís que é perceptível, à luz dos que sobre ela escreveram.

## REFERÊNCIAS

- ALBUM. **Maranhão Ilustrado**. Maranhão: Gaspar Teixeira e Irmão, 1899
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife, FJN Ed. Massaranga, São Paulo: Cortez, 1999.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência**. São Luís: IPES, 1983.
- BARROS, Valdenira. **Imagens do Moderno em São Luís**. São Luís, 2001.
- CALDEIRA, José de Ribamar. **Origens da Indústria no Sistema Agro Exportador – 1875 – 1895 – Tese de Doutorado**. São Paulo: 1988.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. VAIFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História**. Rio de Janeiro, Campus, 1997.
- Ciências Humanas em Revista** / Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Humanas. São Luís, 2004. V.2, N. 2.
- CORREA, Rossini. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: SIOGE, 1993.
- Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica / organização e introdução** Theo Santiago. São Paulo: Contexto, 1992.
- FARIA, Regina Helena Martins. **A transformação do trabalho nos trópicos. Propostas e realizações**. Recife, UFPE, 2001.
- FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **Tendências da economia mundial e ajustes nacionais e regionais**. São Luís, 1998.
- GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro, 1970.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1996.
- LOPES, Raimundo. **Uma região tropical**. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.
- MARTINS, Manoel de Jesus Barros. **Rachaduras solarescas e epigonismos provincianos. Sociedade e cultura no Maranhão Neo-ateniense: 1890-1930**. Recife: UFPE, 2001.
- MESQUITA, Francisco de Assis Leal. **Vida e morte da economia algodoeira do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 1987.
- PALHANO, Raimundo Nonato Silva. **A produção da coisa pública: serviços e cidadania na primeira república**. São Luís: IPES, 1988.

PRADO, Caio, Jr. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1978.

REIS, Flávio Antônio Moura. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão (1850 / 1930) - Dissertação de Mestrado**. Campinas, 1992.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão. 1850-1888**. São Luís: SIOGE, 1990.

SILVA, Reinouds Lima. **São Luís (1850-1890): Visão Política e Econômica**. Monografia de Conclusão de Curso. UEMA, São Luís, 2002.

TRIBUZZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão. Uma proposta de desenvolvimento**. São Luís: FIPES, 1981.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio do Maranhão: 1612-1855. 1º e 2º Volumes**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão / Lithograf, 1992.